



República Federativa do Brasil
Ministério das Relações Exteriores
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ Nº 16.887.298/0001-33, sediada na Rua João Batista nº 44-b, Bairro Centro, Ananindeua-Pará, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Marcos Antonio Pinto de Amorim, portador da Cédula de Identidade nº 2282131 SSP/PA e CPF nº 403.408.482-00, na cidade de Belém no Estado do Pará, mantém com a empresa **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**, contrato de prestação de serviços de Limpeza e Conservação com o fornecimento de materiais e equipamentos em Belém/PA:

QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO

Objeto: Prestação dos serviços de limpeza e conservação.

POSTO	LOCALIZAÇÃO	HORÁRIO
03 Funcionários	Edifício Sede da PCDL Av. Governador José Malcher.	Segunda-Feira a Sexta-feira 40h(quarenta) semanais

PRAZO DO CONTRATO:

Início: ... 11/08/2013

Termino: ... 10/08/2018

DECLARAMOS que a citada prestadora de serviços atende satisfatoriamente os serviços contratados, sem constar até a presente data, nada que desabone sua conduta moral e profissional, e cumpre todas as cláusulas contratuais.

Belém (PA), 09 de Novembro de 2017.



Dauberson Monteiro da Silva
Chefe da PCDL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA GERAL DA AMÉRICA DO SUL
COORDENAÇÃO GERAL DAS COMISSÕES DEMARCADORA DE LIMITES
PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 09001.000024/2013-13

CONTRATO PCDL Nº. 001/2013

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E
CONSERVAÇÃO QUE CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA
DEMAR- CADORA DE LIMITES
(PCDL) E A EMPRESA OFFICE
SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO
DE OBRA LTDA-EPP, NA FORMA
ABAIXO.**

A UNIÃO, por intermédio da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), com sede na Av. Governador José Malcher, nº 349, na Cidade de Belém, Estado do Pará .CGC/MF sob o nº 00394.536/0016-15, neste ato representada pelo Engenheiro Dauberson Monteiro da Silva, Chefe da PCDL , C.P.F. nº 039.333.868-10, portador da Carteira de Identidade nº 8.738.570, expedida pelo SSP/SP, consoante competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 05/01/1995, publicada no D.O.U. de 31/01/1995, doravante denominada "CONTRATANTE", e de outro lado a empresa **OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP** inscrita no C.N.P.J / MF sob nº 16.887.298/000133 , com sede à Rua João Batista, Bairro: Centro. Cep. 67.030-585 nº 44-b, em Ananindeua-Pará, neste ato representada pelo seu representante legal o senhor Marcos Damasceno, brasileiro, solteiro, Administrador, carteira de Identidade nº 508.1441, expedida pelo SSP/PA C.P.F. nº 427.956.483-34, residente e domiciliado na rua João Batista 44-b, Bairro-centro-cep. 67.030-585 Ananindeua-Pará, doravante denominada "CONTRATADA", e de acordo com o constante do Processo nº 09001.000024/2013-13. referente ao PREGÃO Nº 001/2013, resolvem celebrar o presente contrato para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências do Edifício Sede da PCDL, relacionados no Anexo I, do Edital Pregão No.001/2013, de conformidade com

os dispositivos instituídos pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto No. 3.555, de 08/08/2000, Decreto No. 3.693/2000, Decreto No. 3.784/2001 e a Lei No. 8.666/93, e das demais regras do Edital Pregão No. 003/04 que regem a espécie, aos quais as partes sujeitam-se a cumprir mediante as cláusulas e condições a seguir:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todo material necessário, a serem executados nas instalações da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), localizada na Avenida Governador José Malcher, 349 Bairro de Nazaré, Belém – PA.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico N. 001/2013, constante do Processo nº. 09001.000024/201313 do qual é parte integrante, como se aqui estivessem integralmente transcritos, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA.

III - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os serviços observarão as seguintes especificações:

- a) A produtividade mínima, para os serviços de limpeza, conservação e higienização, considerada para efeito de composição do Termo de Referência, Anexo I, do Edital, e será adotada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008, devendo atender integralmente às necessidades da Contratante;
- b) A jornada de trabalho adotada será de 40h (quarenta) horas semanais, para os serventes e encarregados;
- c) Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- d) A estimativa de mão-de-obra necessária para execução dos serviços objeto no Termo de Referência será calculada com base na produtividade mínima de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008;
- e) Os serviços especificados no Termo de Referência não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas;
- f) Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão executados por profissionais capacitados que desenvolverão as tarefas abaixo discriminadas:

IV - CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS

Os serviços serão prestados observando as seguintes tarefas:

1. ÁREAS INTERNAS

a) DIARIAMENTE:

- i. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc
- ii. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- iii. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- iv. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- v. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- vi. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite, madeiras e emborrachados;
- vii. Varrer os pisos de cimento;
- viii. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- ix. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários quando necessário;
- x. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- xi. Limpar os elevadores com produtos adequados;
- xii. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos funcionários antes e após as jornadas de trabalhos;
- xiii. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- xiv. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6 de 03 de novembro de 1995;
- xv. Limpar os corrimãos e
- xvi. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração.

b) SEMANALMENTE

- i. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- ii. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- iii. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;
- iv. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- v. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- vi. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.
- vii. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- viii. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- ix. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana e
- x. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral.

c) MENSALMENTE

- i. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- ii. Limpar forros, paredes e rodapés,
- iii. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- iv. Limpar persianas com produtos adequados;
- v. Remover manchas de paredes;
- vi. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc);
- vii. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês e
- viii. Limpar os vidros internos da fachada com produtos adequados.

d) ANUALMENTE

- i. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- ii. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- iii. Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

2. ESQUADRIAS EXTERNAS

a) QUINZENALMENTE

- i. Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes e utilizando equipamentos especializados.

b) SEMESTRALMENTE

- i. Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes e utilizando equipamentos especializados.

3. ÁREAS EXTERNAS

a) DIARIAMENTE

- i. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- ii. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- iii. Varrer as áreas pavimentadas;
- iv. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração e
- v. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995.

b) SEMANALMENTE

- i. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- ii. Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar e
- iii. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes.

c) MENSALMENTE

- i. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- ii. Lavar as áreas de passeio;
- iii. Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.

d) TRIMESTRALMENTE, UMA VEZ

- i. Remover a cera dos pisos com removedor apropriado, aplicar impermeabilizante acrílico plastificante, selador e cera antiderrapante, sendo todos produtos de alta qualidade e performance;
- ii. Limpar as esquadrias de alumínio adonisado e as que aceitem este tratamento;
- iii. Lustrar, com polidor de metais próprio, todas as superfícies metálicas, inclusive letreiros e placas existentes internamente e externamente;
- iv. Dedetizar e desratizar todas as dependências, inclusive as partes internas de móveis, bibliotecas, bem como os esgotos e ralos, com imunização contra traças e outros insetos;
- v. Aplicar cal nos meio fios dos estacionamentos e

vi. Limpar as paredes externas laterais revestidas de cerâmica marquise, utilizando, necessariamente, os dispositivos de segurança.

V - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais e a sua proposta;
- b. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei Nº 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- c. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- d. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência;
- e. Solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- f. Indicar o local onde os serviços serão executados;
- g. Avaliar as aptidões, postura e conhecimento do serviço dos profissionais colocados à disposição da **CONTRATANTE**, inclusive dos eventuais substitutos, reservando o direito de recusar aqueles que julgarem inaptos para a execução dos serviços contratados;
- h. Orientar quanto ao funcionamento da estrutura organizacional do órgão/entidade e Normas Internas vigentes;
- i. Proibir a utilização da mão-de-obra contratada em atividades alheias às especificadas no Termo de Referência e que não estejam de acordo com as funções da categoria;
- j. Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos por empregado da **CONTRATADA**;
- k. Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** para execução dos serviços;
- l. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
- m. Colocar à disposição dos empregados da **CONTRATADA**, local para guarda de uniformes, e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- n. Promover, mediante seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA** e o. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições pactuadas no Contrato.

VI - CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

Fornecer, além da mão-de-obra, os materiais listados no Anexo I contido no Termo de Referência para a consecução dos serviços, devendo ser entregues do 1º ao 5º dia do mês de execução dos serviços, sendo observadas as quantidades mínimas de maneira que não prejudique a execução do objeto contratado:

- i. Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados, novos de primeiro uso;

- ii. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;
- iii. Disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- iv. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- q. Indicar quando da assinatura do contrato o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação na cidade onde os serviços serão prestados;
- r. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- s. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- t. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- u. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
- v. Fornecer aos executores do serviço todos os equipamentos de segurança adequados, bem como das ferramentas que se fazem necessárias, e estritamente em conformidade com as normas que regem a atividade, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, quando da execução de limpeza da fachada externa de vidro;
- w. Manter sediado junto à Contratante durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- x. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- y. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- z. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- aa. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- bb. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- cc. Instruir os seus empregados quanto ao uso dos equipamentos de segurança, principalmente em serviços que o exponham a riscos;
- dd. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Contratante, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- ee. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- ff. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- gg. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Contratante;
- hh. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- i. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

- ii. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- iii. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às especificações determinadas pela ANVISA
- iv. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- v. Realizar um treinamento interno para seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- vi. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- vii. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- viii. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços
- ix. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos
- x. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- ii. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores:
- i. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- jj. Manter os profissionais com jornada de 40h (quarenta horas) semanais nos horários predeterminados pela Administração;
- kk. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens da união e de terceiros;
- ll. Substituir imediatamente, em caso de faltas, férias ou a pedido da Contratante o funcionário posto a serviço da Administração, respondendo por quaisquer ocorrências no decorrer do período em que for constatada a sua ausência, ficando reservado à Administração o direito de autorizar ou não as eventuais substituições, devendo estas ocorrer, mediante prévia comunicação ao Fiscal do Contrato, de acordo com os interesses do serviço;
- mm. Relatar à Administração qualquer irregularidade observada nos postos, onde houver prestação dos serviços;
- nn. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigar prontamente a atender;
- oo. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o Art. 70 da Lei n.º 8.666/93;
- pp. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis e pertinentes, com o objeto e com a metragem descrita no Termo de Referência;
- qq. Apresentar inscrição no CRA (Conselho Regional de Administração);
- rr. Fornecer uniformes e seus respectivos complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;
- ss. Proibir a utilização dos telefones, sob a responsabilidade da Contratante, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;



tt. Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos por empregado da Contratada;

uu. Ressarcir à Contratante, os prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público e a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa destes; não sendo possível a substituição do bem danificado ou extraviado, a Administração poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos;

vv. Manter o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus empregados, rigorosamente em dia e

ww. Manter durante a vigência do Contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação com a ADMINISTRAÇÃO Pública CONTRATANTE, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A **CONTRATADA** deve observar as seguintes práticas de sustentabilidade:

a. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, atualizada, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

b. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE, de 3/11/1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

c. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

d. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdício e de poluição, através das inseridas no item 8.17, 8.18 e subitens subsequentes aos referidos itens. Deste Termo de referência

VIII - CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, no período de 11/08/2013 a 10/08/2014, podendo ser prorrogada, com vantagens para a administração, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

IX - CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de R\$ 6.692,65 (Seis mil seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo o montante anual de R\$ 80.311,76 (Oitenta mil trezentos e onze reais e setenta e seis centavos), estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

X - CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no Orçamento da União para o exercício de 2013, em dotação orçamentária própria, e serão programadas no exercício

subsequente, à conta de dotação orçamentária própria para atender despesas da mesma natureza na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 072 11068325360001 FONTE: 100

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39.78

NOTA DE EMPENHO: 2013NE800023

VALOR: R\$: 31.232,37 no período de 11/08/2013 a 31/12/2013

VALOR : R\$: 40079,39 Saldo a ser empenhado com recursos de 2014, para período de 01/01/2014 a 10/08/2014.

XI - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O contrato será repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta ou da última repactuação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

XII - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a CONTRATADA prestará, na assinatura deste instrumento, garantia no valor de R\$ 1.606,23 (Um mil seiscentos e seis reais e vinte e três centavos) correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual, devendo a validade da garantia ultrapassar em 3 (três) meses a vigência do contrato;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reapresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – É vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas contratuais e decorrentes do inadimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação pertinente;

SUBCLÁUSULA QUARTA - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

SUBCLÁUSULA QUINTA - Caso o pagamento de que trata a subcláusula anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração;

SUBCLÁUSULA SEXTA - A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;

XIII - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela Administração será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura e deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e neste instrumento contratual;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As ligações locais e interurbanas, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, após conferência dos ramais instalados nos respectivos postos, desde que a CONTRATADA não tenha promovido os devidos ressarcimentos, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e neste instrumento contratual;

SUBCLÁUSULA QUARTA - O pagamento de cada parcela será efetuado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços, após o recebimento da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, devendo estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

a) A primeira Nota Fiscal de Serviço/Fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último desse mês.

SUBCLÁUSULA QUINTA - O pagamento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura está condicionado à apresentação das seguintes comprovações:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

b) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela CONTRATANTE;

SUBCLÁUSULA SEXTA - No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF (via "online"), e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização;

a) Em não ocorrendo a regularização, proceder-se-á com a rescisão contratual.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Na hipótese do atraso do pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, provocado exclusivamente pela Advocacia-Geral da União o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100) 365$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratório;

N = Número de dias entre a data prevista para o efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

SUBCLÁUSULA OITAVA - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive a Nota Fiscal/Faturas, estes serão restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

XIV - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e o preposto da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

XV - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONTAS VINCULADAS PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DO FGTS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, a CONTRATANTE poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A, c/c a prescrição constante do anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 (alterada pela IN SLTI/MPOG nº 03/2009), os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este subitem, poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositados na citada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, junto à instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A movimentação da conta vinculada será efetivada mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA poderá solicitar a autorização à CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

SUBCLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

SUBCLÁUSULA NONA - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATANTE, fundamentada no inciso II, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá providenciar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do contrato, observada a legislação específica.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATANTE, fundamentada no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ENSEJARÁ O PAGAMENTO EM JUÍZO DOS VALORES EM DÉBITO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

XVI - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A CONTRATANTE estipulará prazo à CONTRATADA para reparação de danos porventura causados.

XVII - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ÔNUS E ENCARGOS

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

XVIII - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme IN/SLTI/MP nº 2/2008;

a) Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado, podendo para isso:

i. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

i. Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

ii. Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

iii. Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

iv. Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível;

v. Pagamento do 13º salário;

vi. Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

vii. Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

viii. Eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

ix. Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;

x. Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

xi. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;

xii. Espelho da folha de pagamento específica do contrato;

- xiii. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- xiv. Os recolhimentos das contribuições ao INSS;
- xv. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- xvi. Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- xvii. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- c) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu Fiscal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela PCDL, representá-la na execução do Contrato;
- e) Nos termos da Lei Nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o contrato assinado acompanhado da Nota de Empenho;
- f) Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a PCDL;
- g) A fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-deobra da CONTRATADA, para assegurar-se de que as tarefas sejam executadas na forma preestabelecida.

XIX - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme o disposto no art. 28 do Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005, aquele que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até (cinco) anos sem prejuízo das multas aqui previstas, no Edital e no Contrato e demais cominações legais;

a) Além do previsto no subitem anterior, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei n.º 8.666/93, a Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

i. Advertência;

ii. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze), dias úteis de atraso na execução dos serviços caracterizando inexecução parcial;

iii. Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato.

b) As sanções previstas no caput e no subitem “i” poderão ser aplicadas concomitantemente com as dos subitens “ii” e “iii”, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir de sua ciência.

XX - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, de conformidade com os artigos 77, 78, incisos I a XVIII e 79, sujeitando-se as consequências previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/1993.

XXI - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.



XXII - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - É facultada a supressão além do limite acima estabelecido, mediante acordo entre as partes.

XXIII - CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

XXIV - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Belém, Capital do Estado do Pará.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Belém-PA, 11 de. agosto. 2013

PELA CONTRATANTE:



DAUBERSON MONTEIRO DA SILVA
CHEFE DA PCDE

PELA CONTRATADA:


MARCOS DAMASCENO
ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:


PAULO CARLOS PEREIRA DO AMARAL
CPF: 032.574.858-67


MARCELO MOLLER PARRY
CPF: 183.922.292-15



República Federativa do Brasil
Ministério das Relações Exteriores
1ª. Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO, DA PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES, E A EMPRESA OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio da **PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES (PCDL)**, com sede na Av. Governador José Malcher, 349, Bairro Nazaré, na cidade de Belém, Estado do Pará, CGC/MF sob o nº 00.394.536/0016-15, neste Ato representado pelo Engenheiro Dauberson Monteiro da Silva, Chefe da PCDL, CPF nº 039.333.868-10, portador da Cédula de Identidade nº 8.738.570, expedida pela SSP/SP, consoante competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 05/01/1995, publicada no D.O.U. de 31/01/1995, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a **Empresa OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, inscrita no C.N.P.J/MF sob o nº 16.887.298/0001-33, com sede à Rua João Batista, 44-B, Bairro Centro, na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, neste Ato representado pelo Administrador Marcos Damasceno, CPF nº 427.956.483-34, brasileiro, solteiro, Cédula de identidade nº 508.1441, expedida pela SSP/AP, residente e domiciliado na rua João Batista 44-B, Bairro Centro, CEP 670.308-58, Ananindeua-Pará, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos Artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666 / 93, disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 123/2006 e Decreto nº 2271/1997, celebram o presente Termo Aditivo ao contrato nº 002/2013, conforme as cláusulas e condições a seguir:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação e repactuação dos valores do contrato PCDL Nº 002/2013, firmado em 11/08/2013, com a empresa Office Service Terceirização de Mão de Obra Ltda, para serviços de limpeza, conservação e higienização das dependências do Edifício Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

2- CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

Fica aditivada a Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 002/2013, nos termos seguintes: o prazo do presente Contrato será renovado por 12 meses, contados a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, com vigência no período de 11 de agosto de 2016 a 10 de agosto de 2017, e possibilidade de prorrogação até ao limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no Artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93.

3- CLÁUSULA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

Os serviços a serem prestados estão perfeitamente descritos na Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2013, ao qual é parte integrante deste Termo Aditivo, independente da sua transcrição.


OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP
Marcos Damasceno
Administrador

4- CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E REPACTUAÇÃO

4.1. Fica alterada a redação da Clausula Quarta do Contrato Administrativo nº 002/2013, nos termos seguintes: o valor mensal atualizado pelo dissídio da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017, e apostilado, é de R\$ 9.713,58 (nove mil e setecentos e treze reais e cinquenta e oito centavos), somando o valor anual de R\$: 116.562,90 para o citado exercício desta prorrogação, e será pago pela Contratante, mediante apresentação de nota fiscal pela Contratada, devidamente atestada pela Seção de Administração da PCDL, no prazo de trinta dias corridos após apresentação.

4.2. O total deste Termo Aditivo ao Contrato é de R\$: 116.562,90 (cento e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) para o período de 12 (doze) meses. Sendo que deste total correspondente ao valor de R\$ 45.330,04 (quarenta e cinco mil e trezentos e trinta reais, e quatro centavos), serão empenhados com os recursos do exercício de 2016, e o saldo de R\$ 71.232,86 (setenta e um mil, e duzentos e trinta e dois reais, e oitenta e seis centavos) serão empenhados com a aprovação dos recursos do exercício de 2017.

4.3. A empresa deverá apresentar a caução no valor de R\$ 2.331,26 (dois mil e trezentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), correspondendo a 2% do valor global do presente Termo Aditivo ao Contrato.

4.4. O valor global do Contrato Nº 002/2013 passa a ser R\$ 389.733,73 (trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e três centavos), desde o seu início em 11 de agosto de 2013 até expirar o período deste Termo Aditivo, em 10 de agosto de 2017.

5- CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do Programa de Trabalho 07211068025360001, Elemento de Despesa 3.3.90.39.78 e Fonte 0100, do Ministério das Relações Exteriores, Nota de Empenho 2016NE800051, no valor de R\$: 45.330,04 para o exercício de 2016, e o Saldo de R\$: 71.232,86 aguardará a aprovação dos recursos da União para realizar o empenho no exercício de 2017.


OFFICE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP
Marcos Damasceno
Administrador



República Federativa do Brasil
Ministério das Relações Exteriores
1ª. Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



6- CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem em vigor, e são aqui expressamente ratificadas, as demais disposições contratuais.

Por estarem assim justas e acordadas as partes, lavrou-se o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor, forma e validade, que lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes e testemunhas a tudo presente.

Belém, 11 de agosto de 2016.

Pela CONTRATANTE:



DAUBERSON MONTEIRO DA SILVA
Chefe da PCDL/MRE

Pela CONTRATADA:



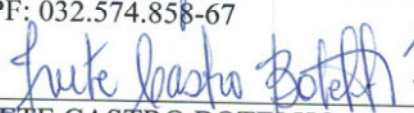
MARCOS DAMASCENO
ADMINISTRADOR

PROCESSO DE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO-DE-OBRA LTDA-EPP
Marcos Damasceno
Administrador

TESTEMUNHAS:



PAULO CARLOS PEREIRA DO AMARAL
CPF: 032.574.858-67



IVETE CASTRO BOTELHO
CPF: 179.689.842-20